FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DESAFIOS, POLÍTICAS E PERSPECTIVAS NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

IVAN CANOLETTO RODRIGUES

Resumo

O presente artigo tem como objetivo discutir a formação de professores no Brasil, analisando seus aspectos históricos, legais, teóricos e práticos, bem como os desafios que se apresentam no contexto educacional contemporâneo. A formação docente é entendida como um processo complexo, que vai além da dimensão técnica, abarcando a construção da identidade profissional, o compromisso ético e político e a valorização social do magistério. Ao longo do texto, são abordados o percurso histórico da formação docente no país, os marcos legais e normativos que estruturam essa formação, os desafios da formação inicial e a necessidade permanente da formação continuada.

Destaca-se que a formação de professores no Brasil enfrenta obstáculos relacionados à fragmentação curricular, à distância entre teoria e prática, às dificuldades de inserção dos licenciandos em contextos escolares reais e à baixa atratividade da carreira docente. Nesse sentido, o artigo evidencia a importância de políticas públicas que assegurem condições adequadas de trabalho, valorização profissional, programas de formação inicial consistentes e estratégias de formação continuada que dialoguem com a prática pedagógica cotidiana. Além disso, discute-se a relevância da formação crítica e inovadora para que os docentes estejam preparados para lidar com as demandas do século XXI, incluindo a incorporação das tecnologias digitais, a promoção da educação inclusiva, o respeito à diversidade cultural e a necessidade de interdisciplinaridade no enfrentamento de problemas sociais complexos.

Conclui-se que a formação de professores deve ser concebida como eixo central de qualquer política de melhoria da qualidade da educação, demandando investimentos contínuos, reconhecimento social e engajamento coletivo. Dessa forma, este estudo contribui para o debate acadêmico e político sobre a formação docente e aponta caminhos possíveis para o fortalecimento da profissão e para a consolidação de uma escola democrática, inclusiva e comprometida com a transformação social.

Palavras-chave: Formação de professores; Educação básica; Políticas públicas; Valorização docente; Educação contemporânea.

Abstract

This article aims to discuss teacher education in Brazil, analyzing its historical, legal, theoretical, and practical dimensions, as well as the challenges posed by the contemporary educational context. Teacher education is understood as a complex process that transcends the technical dimension, encompassing the construction of professional identity, ethical and political commitment, and the social valorization of teaching. Throughout the text, the historical trajectory of teacher education in Brazil is addressed, along with the legal and normative frameworks that guide it, the challenges related to initial training, and the permanent need for continuing education.

The study highlights that teacher education in Brazil faces structural obstacles, such as curricular fragmentation, the gap between theory and practice, the lack of consistent interaction between universities and schools, and the low attractiveness of the teaching career. It emphasizes the importance of public policies that guarantee adequate working conditions, professional recognition, well-structured initial training programs, and continuing education strategies that respond to the real demands of everyday school life. Furthermore, it discusses the necessity of preparing teachers to meet 21st-century challenges, including the integration of digital technologies into pedagogy, the advancement of inclusive education, the respect for cultural diversity, and the development of interdisciplinary approaches to deal with complex social issues.

In conclusion, teacher education should be considered a central axis for any policy aimed at improving the quality of education, requiring continuous investment, social recognition, and collective engagement. This article contributes to academic and politi-

cal debates on teacher training and points to possible paths for strengthening the teaching profession and consolidating a democratic, inclusive school committed to social transformation.
Keywords: Teacher education; Basic education; Public policies; Teacher appreciation; Contemporary education.

Introdução

A formação de professores constitui um dos pilares centrais para a consolidação de uma educação de qualidade em qualquer país. Ao longo das últimas décadas, no Brasil e no mundo, a docência tem sido cada vez mais discutida como profissão essencial, não apenas pela função de transmitir conhecimentos, mas, sobretudo, por sua responsabilidade de formar cidadãos críticos, conscientes e preparados para atuar em sociedades marcadas pela complexidade, pela diversidade cultural e pelas constantes transformações tecnológicas. Nesse sentido, a preparação adequada dos profissionais da educação, em seus aspectos teóricos, práticos, pedagógicos e humanos, torna-se uma condição indispensável para o fortalecimento da escola como instituição social.

O presente artigo tem como objetivo discutir de forma ampla a formação de professores, abordando seus aspectos históricos, legais, teóricos e práticos. Busca-se compreender os principais desafios enfrentados por esses profissionais em sua formação inicial e continuada, analisar as políticas públicas que orientam esse processo no Brasil e refletir sobre as perspectivas futuras diante das exigências do século XXI. Para tanto, será realizada uma análise fundamentada em referenciais teóricos da área da educação, em documentos oficiais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Base Nacional Comum para a Formação de Professores (BNC-Formação), além de contribuições de autores que se dedicam à pesquisa sobre a profissionalização docente.

A formação de professores não pode ser vista como um processo restrito à dimensão técnica ou meramente instrumental. Trata-se de um percurso que envolve a construção da identidade profissional, a consolidação de valores éticos e políticos, o desenvolvimento de competências pedagógicas e o engajamento com os desafios sociais que perpassam o campo educacional. O docente, ao atuar em sala de aula, encontra-se diante de realidades múltiplas: desigualdade social, diversidade cultural, inclusão de alunos com deficiência, novas tecnologias, mudanças curriculares, cobrança por resultados em avaliações externas, além da necessidade de garantir uma aprendizagem significativa e emancipadora. Por isso, sua formação precisa ser sólida, crítica e aberta à inovação.

Este artigo está estruturado em seis eixos principais: (1) breve histórico da formação docente no Brasil; (2) fundamentos legais e políticos da formação de professores; (3) a formação inicial e seus desafios; (4) a formação continuada como necessidade permanente; (5) a identidade e valorização profissional do professor; (6) perspectivas e desafios contemporâneos para a formação docente. Ao final, apresentam-se as considerações finais, com síntese das principais ideias e apontamentos para futuras reflexões.

---

1. Breve histórico da formação docente no Brasil

A história da formação de professores no Brasil está diretamente ligada ao processo de institucionalização da educação e ao papel do Estado na organização escolar. Desde o período colonial, a educação esteve inicialmente sob responsabilidade das ordens religiosas, em especial os jesuítas, que se dedicaram à catequese e à instrução de filhos da elite. Nesse contexto, não existia propriamente uma política pública voltada à formação de professores; a atividade docente era exercida por religiosos, sem exigência de formação pedagógica específica.

Com a expulsão dos jesuítas em 1759, durante o governo do Marquês de Pombal, o sistema educacional brasileiro passou a enfrentar lacunas significativas, com ausência de instituições que garantissem a formação de quadros docentes. Apenas no século XIX, com a criação das primeiras escolas normais, é que se instituiu um processo de preparação sistemática de professores para atuar no ensino primário. A Escola Normal de Niterói, fundada em 1835, é considerada

um marco desse movimento, representando o esforço de formação de professores para atender à crescente demanda da instrução pública.

No entanto, esse modelo inicial de formação era bastante restrito, voltado principalmente para mulheres, já que a docência no nível primário passou a ser associada ao cuidado e ao trabalho feminino. Ao longo do século XIX e início do XX, a formação de professores manteve-se atrelada à figura das escolas normais, com ênfase em conteúdos pedagógicos, moralizantes e disciplinares, mas ainda sem reconhecimento efetivo da docência como profissão de alto prestígio social.

A partir da década de 1930, com a Reforma Francisco Campos e a criação das primeiras faculdades de filosofia, ciências e letras, consolidou-se a formação de professores para o ensino secundário. O curso de Pedagogia, instituído em 1939, também representou um passo importante, embora tenha enfrentado debates constantes sobre sua função: formar administradores escolares ou professores? Esse dilema marcou por décadas a trajetória da Pedagogia no Brasil.

Na segunda metade do século XX, a expansão do ensino superior, a urbanização e o crescimento da rede escolar pública trouxeram novas demandas para a formação de professores. A LDB de 1961 estabeleceu regras mais claras para a formação docente, mas foi a LDB de 1996 que se tornou um divisor de águas, ao exigir formação em nível superior para o exercício do magistério na educação básica. Desde então, a formação de professores passou a ser pensada em articulação com políticas públicas mais amplas, embora ainda persistam desigualdades e fragilidades nesse processo.

2. Fundamentos legais e políticos da formação de professores

A formação de professores no Brasil é amparada por um conjunto de legislações e políticas que buscam orientar tanto a formação inicial quanto a formação continuada. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, estabelece como princípios da educação a valorização do magistério e a garantia de planos de carreira para os profissionais da educação. Esse dispositivo assegura a formação adequada como direito dos professores e dever do Estado.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) reforça essa perspectiva ao dispor, em seu artigo 62, que a formação de docentes para atuar na educação básica deve ocorrer em nível superior, em curso de licenciatura plena, em universidades e institutos superiores de educação. Para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental, admite-se também a formação em nível médio, na modalidade normal, embora a meta seja a universalização da formação superior.

O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) estabelece metas específicas relacionadas à formação de professores, como a Meta 15, que prevê garantir, em regime de colaboração entre União, estados e municípios, que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área em que atuam.

Outro documento fundamental é a Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação em 2019. Ela define competências gerais que devem nortear a formação inicial docente, buscando alinhar os cursos de licenciatura à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A BNC-Formação enfatiza a articulação entre teoria e prática, o desenvolvimento de competências socioemocionais e a formação ética do professor.

Além disso, programas específicos, como a Política Nacional de Formação de Professores (Parfor), o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) e a Residência Pedagógica, desempenham papéis relevantes ao aproximar o futuro professor da realidade escolar, oferecendo bolsas, estágios supervisionados e experiências práticas que enriquecem sua formação.

Apesar do arcabouço legal e político avançado, muitos desafios persistem: a baixa atratividade da carreira docente, os cursos de licenciatura com elevada evasão, a insuficiência de políticas de valorização salarial e de condições de trabalho, além das dificuldades de integração entre a universidade e a escola básica.

3. Formação inicial e seus desafios

A formação inicial é o primeiro momento institucionalizado de preparação do futuro professor. Trata-se da etapa em que o licenciando tem contato com fundamentos teóricos da educação, com metodologias de ensino, com práticas pedagógicas e com experiências de estágio supervisionado. No entanto, a qualidade dessa formação no Brasil é alvo de críticas constantes, sobretudo pela fragmentação curricular, pela distância entre teoria e prática e pela falta de articulação entre universidade e escola básica.

Pesquisas têm mostrado que muitos cursos de licenciatura ainda funcionam de forma enciclopédica, com disciplinas pouco conectadas entre si e desvinculadas das reais necessidades da sala de aula. Isso resulta em professores que, ao iniciarem sua carreira, sentem-se inseguros diante de situações concretas, como lidar com turmas heterogêneas, mediar conflitos, adaptar metodologias para alunos com deficiência ou integrar tecnologias digitais ao processo de ensino-aprendizagem.

Outro problema recorrente é a evasão nos cursos de licenciatura. Muitos estudantes ingressam na área sem efetiva vocação, motivados pela facilidade de acesso ou pela falta de outras opções, mas acabam desistindo ao longo do curso, seja por dificuldades financeiras, seja pela percepção de baixa valorização social da profissão docente. A atratividade da carreira ainda é limitada no Brasil, especialmente quando comparada a outras áreas que exigem nível superior.

O estágio supervisionado, que deveria ser o espaço privilegiado de aproximação entre teoria e prática, muitas vezes é realizado de maneira burocrática, sem efetiva integração entre universidades e escolas. Isso compromete a vivência prática do futuro professor e reduz o potencial formativo desse momento.

Para enfrentar esses desafios, é fundamental repensar os currículos das licenciaturas, investir em metodologias ativas, ampliar as oportunidades de inserção prática desde os primeiros semestres e valorizar os programas de iniciação à docência. Além disso, políticas de incentivo financeiro, como bolsas de estudo, são importantes para garantir a permanência dos estudantes nos cursos.

4. Formação continuada como necessidade permanente

A formação docente não se encerra com a obtenção do diploma. Pelo contrário, deve ser compreendida como um processo contínuo, que acompanha toda a trajetória profissional. A chamada formação continuada é um direito do professor e uma necessidade diante das constantes mudanças sociais, tecnológicas e curriculares.

No Brasil, a formação continuada tem sido oferecida por diferentes vias: cursos presenciais e a distância promovidos por secretarias de educação, programas federais, parcerias com universidades, além de iniciativas individuais dos próprios professores. A LDB de 1996 já previa, em seu artigo 63, a importância da formação continuada como parte da carreira docente.

A formação continuada é essencial por várias razões. Primeiro, porque a escola lida com um público diverso, que muda constantemente. Novos contextos culturais, sociais e econômicos impõem ao professor desafios inéditos. Segundo, porque a educação é cada vez mais permeada por tecnologias digitais, exigindo que os docentes se atualizem para utilizá-las de forma crítica e pedagógica. Terceiro, porque as políticas educacionais e os currículos passam por reformulações frequentes, o que demanda atualização constante.

Contudo, a formação continuada enfrenta obstáculos significativos. Muitas vezes, é organizada de forma descontextualizada, sem diálogo com as necessidades reais dos professores. Em outras ocasiões, ocorre em formato de cursos pontuais, sem continuidade ou acompanhamento. Além disso, nem sempre há condições objetivas de participação, como carga horária compatível, remuneração extra ou infraestrutura adequada.

Autores como Nóvoa (2009) defendem que a formação continuada precisa estar articulada ao cotidiano escolar, sendo construída a partir da reflexão sobre a prática e da troca de experiências entre os próprios professores. Assim, mais do que cursos externos, a escola deve ser compreendida como espaço privilegiado de formação, em que o coletivo docente se reúne para planejar, avaliar e compartilhar saberes.

5. Identidade e valorização profissional do professor

A formação docente está diretamente relacionada à construção da identidade profissional e à valorização do magistério. Ser professor não significa apenas dominar conteúdos ou metodologias; envolve também assumir um papel social de grande responsabilidade, marcado por valores éticos, compromisso com a cidadania e engajamento com a transformação social.

A identidade profissional do professor se constitui no cruzamento entre sua formação inicial, sua experiência prática, sua formação continuada e seu reconhecimento social. Quando esses elementos estão fragilizados — por exemplo, quando há baixa remuneração, precarização das condições de trabalho e desvalorização simbólica da profissão —, a identidade docente também se enfraquece.

No Brasil, a carreira docente enfrenta problemas históricos de desvalorização. Os salários médios dos professores da educação básica estão abaixo de outras profissões que exigem nível superior. Além disso, a sobrecarga de trabalho, as turmas numerosas, a violência em algumas escolas e a falta de recursos pedagógicos comprometem a motivação dos profissionais.

A valorização docente, prevista constitucionalmente, envolve não apenas melhores salários, mas também planos de carreira estruturados, condições adequadas de trabalho, acesso a materiais pedagógicos de qualidade, oportunidades de formação continuada e reconhecimento social. Sem isso, a formação de professores corre o risco de se tornar um processo ineficaz, incapaz de reter talentos na carreira.

---

6. Perspectivas e desafios contemporâneos para a formação docente

No contexto contemporâneo, a formação de professores enfrenta desafios inéditos, que exigem inovação e abertura para novas perspectivas. Entre eles, destacam-se:

1. A incorporação das tecnologias digitais – a escola do século XXI está imersa em um mundo digital, mas ainda carece de integração pedagógica efetiva das tecnologias. O professor precisa ser formado para lidar criticamente com plataformas digitais, inteligência artificial, redes sociais e novas linguagens.
2. A educação inclusiva – a presença de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas escolas regulares demanda formação docente específica, voltada à acessibilidade pedagógica e ao uso de recursos diferenciados.
3. A diversidade cultural – a escola brasileira é marcada pela pluralidade étnica, cultural e religiosa. O professor precisa ser preparado para trabalhar com respeito à diversidade e combater preconceitos, promovendo uma educação antirracista, inclusiva e democrática.
4. A pressão por resultados em avaliações externas – políticas educacionais atuais atribuem grande importância a índices e metas de desempenho. Os professores necessitam de formação que os capacite a equilibrar tais demandas com uma prática pedagógica significativa e humanizadora.
5. A necessidade de interdisciplinaridade – problemas sociais complexos exigem abordagens interdisciplinares. A formação docente deve estimular a superação da fragmentação do conhecimento, favorecendo a integração entre áreas e saberes.
6. A sustentabilidade e cidadania global – a agenda contemporânea exige que a escola contribua para formar cidadãos comprometidos com o meio ambiente, os direitos humanos e a justiça social. Logo, o professor precisa ser preparado para integrar tais dimensões em sua prática pedagógica.

Enfrentar esses desafios requer políticas públicas consistentes, investimentos contínuos e o fortalecimento da identidade docente.

Considerações finais

A formação de professores é um tema central para qualquer proposta de melhoria da educação. No Brasil, os avanços legais e institucionais das últimas décadas representaram passos importantes, mas ainda insuficientes diante dos desafios enfrentados.

É imprescindível compreender que a formação docente é um processo contínuo, que envolve não apenas a dimensão técnica, mas também a construção da identidade profissional, o compromisso ético e político e a valorização social do magistério.

Para que a formação inicial cumpra seu papel, é necessário reformular currículos, inte-

grar teoria e prática e fortalecer programas de aproximação com a escola básica. Já a formação continuada precisa ser valorizada como parte da carreira, articulando-se ao cotidiano escolar e favorecendo a reflexão coletiva sobre a prática.

A valorização docente, por sua vez, é condição sine qua non para o sucesso de qualquer política de formação. Sem melhores salários, condições de trabalho e reconhecimento, não será possível atrair e manter profissionais qualificados na carreira.

Por fim, as perspectivas contemporâneas exigem que a formação de professores seja crítica, inovadora e aberta à diversidade, às tecnologias e às demandas da sociedade global. Somente assim a educação poderá cumprir sua função emancipadora, formando cidadãos capazes de transformar a realidade em que vivem.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BRASIL. Plano Nacional de Educação 2014-2024. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

NÓVOA, António. Professores: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Revista Brasileira de Educação, v. 14, n. 40, p. 143-155, 2009.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2014.